

A influência dos gêneros textuais no processo de construção de sentido do texto

Magali Pagnoncelli

Faculdade Anglicana de Erechim - FAERS

magali@clicalpha.com.br

***Resumo.** Classificar uma produção escrita como texto ou não, e entender a diversidade de textos existentes na sociedade tem sido objeto de estudo de vários lingüistas, que procuram critérios para classificá-los, surgindo dentre os conceitos selecionados os de tipos textuais, gêneros textuais e gêneros do discurso. O objetivo deste artigo, ancorado na Teoria Bakhtiniana, é expor que a classificação tipológica deve considerar critérios lingüísticos, funcionais e contextuais; observando o texto como um produto social, inserindo-o no dia-a-dia do aluno. A constante reclamação, por parte dos professores de Língua Portuguesa, de que os alunos não sabem escrever, suscitou o interesse em pesquisar os postulados teóricos sobre o texto e os conhecimentos necessários para a produção textual. O presente trabalho consiste em: estudar os níveis de conhecimento necessário ao domínio da escrita formal e mostrar que os tradicionalmente mais trabalhados com o aluno, na escola, não são suficientes para o domínio da escrita de textos com real função social; demonstrar que o conhecimento das características textuais, lingüísticas e discursivas do texto a ser escrito é pré-requisito para a produção e que esse só pode ser bem construído se a motivação do aluno for satisfatória e se ele possuir o domínio do conceito de gênero textual. Sabe-se que a prática da escrita é fundamental para o aprendizado da mesma, no entanto, não é suficiente. Algumas atividades devem ser concomitantes para que o processo de comunicação verbal através da escrita seja satisfatório. A leitura de diferentes gêneros textuais, sob um mesmo tema, por exemplo, é primordial para que o estudante/escritor perceba as diferentes finalidades e os diferentes interlocutores possíveis para este processo. Portanto, para aprender o enredamento dos usos escritos, é preciso haver atividades de ensino e aprendizagem que prevejam a existência de conhecimentos específicos relacionados com as particularidades dos gêneros descritos a ensinar. Pretende-se ainda apontar a diversidade de gêneros de que se dispõe, questionando o próprio ensino de redação nas escolas, muitas vezes, calcado na tradicional trilogia narração, descrição e dissertação, enquadrando-se apenas ao uso normativo da língua, evidenciando-se que essa classificação não dá conta das diferentes práticas sociais através da linguagem, ou seja, não contempla os inúmeros gêneros textuais existentes, além de limitar o prazer do aluno em relação à escrita, principalmente, na produção textual da escola. Visto de outra perspectiva, as atividades de ensino por si mesmas, sem oferecer aos alunos oportunidades para escrever em situações diferentes, não seriam suficientes para aprender a escrever textos que devem responder à complexidade dos contextos interativos. Partindo desse pressuposto, salienta-*

se a necessidade de orientar os alunos sobre a multiplicidade de gêneros textuais existentes e seus usos, uma vez que já se tornou consenso que o trabalho com os gêneros no ensino de língua é relevante, de modo particular em relação à produção textual, vê-se a urgência de relacionar a prática com a reflexão.

Abstract. *Classify a written production as text or not, and understand the variety of existing texts in our society has been the several linguists object of study, seeking criteria to classify them, emerging among them concepts of the selected text types, genders and textual speech genres. This article, anchored by Bakhtinian theory, aims to explain that the typological classification should consider linguistics, functional and contextual criteria, observing the text as a social product, and introduction it on the students' everyday. The constant complaint by Portuguese Language teachers, mentioning that the students cannot write, aroused the interest in researching the theoretical postulates on the text and the needed knowledge to textual production. This work aims to investigate the knowledge levels, necessary to dominate the formal written and show that the traditionally more worked with the student at school are not enough for written texts control, with real social function; showed that textual features knowledge, and discursive language of the text to be written is prerequisite to the production and this can only be built if the student motivation is satisfactory and if he has the ability to dominate the textual gender concept. Writing practice is fundamental to its own learning, however, is not enough. To the process of verbal communication, by means of writing, be satisfactory, some activities should be concomitant. The different textual genres reading, under the same theme, by instance, is essential to the student/writer recognize the different purposes and different possible interlocutors to this process. So, to learn the entanglements of the written uses there must be activities for teaching and learning to predict the existence of specific knowledge linked with the particularities of the described genres to teach. The aim is also pointing the available genres diversity, questioning the teaching of writing in schools itself, often based on the traditional narration, description and dissertation trilogy, getting closer only to the language normative use, showing that this kind of classification does not cover the different social practices by means of language, or does not address the many existing textual genres and limits the student satisfaction in relation to the writing, mostly in the school textual production. On the other view, the teaching activities, by themselves, without offering opportunities for students to write in different situations, would not be sufficient to learn how to write texts that must reply to the interactive contexts complexity. Starting from this postulation, it is important to guide the students about the variety of existing textual genres and its uses, once that become an agreement that the work with the genres in the language teaching is relevant, and in a particular way linked to the textual production, where is urgent the linking of practice and reflection.*

Palavras-chave: Produção textual, gêneros textuais, domínio da escrita.

1. Introdução

Este texto tem por objetivo discutir, ainda que em sucintas laudas, uma leitura dos conceitos de gêneros do discurso apresentados por Mikhail Bakhtin, os conceitos de tipo e gêneros textuais defendidos por L. A. Marchuschi, bem como verificar a influência dos educadores e dos diversos tipos e gêneros textuais no processo de construção de sentido dos textos solicitados aos educandos em sala de aula.

Para Bakhtin (2000) dentro de uma dada situação lingüística, o falante/ouvinte produz um conjunto de formas discursivas que são formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos. Em outras palavras, tais formas estão sujeitas a alterações em sua estrutura, dependendo do contexto de produção e dos falantes/ouvintes que produzem, os quais atribuem sentidos a determinado discurso.

Entendendo que a produção textual é uma interação de sujeitos e, sabedores de que somente o ser humano é capaz de comunicar-se através de uma língua, vimos a atividade verbal, escrita ou falada como uma atividade essencialmente humana, que acontece através do uso dos signos de uma língua, movida por intenções internas e estímulos externos. O papel do educador, portanto, nesse movimento é significativo, uma vez que este não deve ficar estático, mas interagir com o aluno, na busca de reconstruir o sentido do discurso das aulas de língua materna e das atividades de produção redescobrimo o objetivo, o sentido e o prazer do ato de escrever.

Cientes de que o ensino da língua materna não pode se restringir à transmissão de regras gramaticais, à repetição de exercícios descontextualizados e de que a leitura pode ser uma atividade deflagradora da produção textual, pensamos que deva ser objeto de estudo constante na sala de aula, independente da disciplina, o texto. Permitindo assim, que os estudantes interajam com a multiplicidade de gêneros textuais aos quais estão expostos no dia-a-dia.

Cabe ressaltar que este trabalho faz parte de um estudo mais amplo¹, no qual pesquisamos a influência do contexto – educador, sala de aula, gêneros e tipos textuais – na produção textual dos alunos do 3º ano do ensino médio.

2. Referencial teórico

2.1 A influência do contexto no sentido do texto

Um texto retrata as idéias do tempo e da sociedade em que vive o seu autor, ou seja, é um depoimento sobre uma realidade. Assim, por exemplo, os editoriais e as manchetes de jornais trazem matérias sobre os temas que estão em evidência naquele preciso momento. Não se deve depreender desta afirmativa que a relação do texto com a história signifique dizer que ele narra, obrigatoriamente, fatos históricos. Não se trata disso. Significa dizer que, nos textos, são reproduzidos os ideais, as concepções, os anseios e os temores de um povo numa certa época.

Considerando o que vimos, percebemos a necessidade de um ensino de língua que esteja de acordo com o contexto no qual estão inseridos os indivíduos presentes no

¹ Monografia apresentada para obtenção do título de especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa.

processo ensino-aprendizagem em evidência. Não devemos e não podemos artificializar o contato desses indivíduos com sua língua materna. Ao contrário, nós professores devemos envolver nossos alunos em situações concretas de uso da língua, de modo que eles consigam, com criatividade e consciência, escolher meios adequados aos fins que desejamos alcançar. Dentro dessa perspectiva do ensino de língua podemos afirmar que, o texto não pode ser considerado como algo acabado e independente do contexto que é gerado.

Sabemos que eleger o texto² como elemento primordial de ensino/aprendizagem é apenas um tímido, porém, fundamental, passo metodológico. A compreensão da complexidade do próprio texto, em quaisquer de suas formas, é ainda um trabalho a ser desenvolvido. Essa compreensão exige que o próprio pesquisador (professor, ou estudioso em geral) incremente sua própria prática como leitor, como escritor, como falante e como ouvinte.

Ao apresentar as considerações sobre contexto, Koch (2002) se refere ao contexto como o intermediário entre a situação discursiva e o sistema lingüístico. Com o surgimento da pragmática, os estudos e a descrição das ações que os usuários realizam com a língua, em situação de interlocução através da linguagem, onde determinada cultura, cujas tradições, usos e costumes são valorizados, a concepção de contexto passou por algumas acomodações e tornou-se reconhecido. Isso significa que, para que o “eu” e o “tu” possam se entender, é preciso que seus contextos estejam parcialmente assemelhados e, ao menos em parte, compartilhados, e ainda que, a cada momento de interação, esse contexto é alterado e ampliado, obrigando os parceiros a se ajustarem a uma nova situação discursiva imposta por um novo momento enunciativo.

Ao abordarmos o texto sob um ponto de vista pragmático, precisamos considerar todas as características do processo enunciativo que o gerou. Visto como um produto de um ato discursivo, o texto situa-se em um tempo e espaço definidos, persegue uma determinada intenção e instaura uma relação de interação entre produtor e leitor/ouvinte. Assim, podemos considerar a posição de que a produção textual é uma atividade verbal a serviço de fins sociais; trata-se de uma atividade consciente criativa, ou seja, uma atividade intencional que o falante empreende tentando dar a entender seus propósitos ao destinatário, através da manifestação verbal; é uma atividade interacional direcionada para os usuários da comunicação, que se encontram envolvidos na produção do texto.

2.2 As implicações dos gêneros e tipos textuais na construção de sentido do texto

Na medida em que os estudos sobre o texto ganham dimensão e este passa a ser compreendido como parte de atividades mais amplas de comunicação, começamos a pensar na questão do gênero textual, que, hoje, merece lugar de destaque, sendo considerado não apenas como instrumento de comunicação, mas como objeto de ensino-aprendizagem. Já percebemos a necessidade de trabalhar os gêneros textuais, em sala de

² O texto considerado como um todo organizado de sentido é a unidade básica com que devemos trabalhar no processo de ensino da Língua Portuguesa, porque é no texto que o usuário da língua exercita a sua capacidade de organizar e transmitir idéias, informações, opiniões em situações de interação comunicativa.

aula, rompendo com a prática de um estudo do texto que enfatiza os tipos textuais (narração, descrição, dissertação).

Nem sempre conseguimos categorizar os trabalhos produzidos em sala de aula. Se já é bastante difícil nos posicionarmos quanto aos textos de gêneros correntes no meio social, entendemos o quanto a tarefa pode ser dificultada em ambiente escolar. Sabemos, também, que as "espécies" de textos historicamente constituídas só podem ser mais ou menos conhecidas e controladas se admitirmos cruzamentos variados, o que resultará em subespécies. A lista, em todo caso, é infindável: não parece possível fazer uma descrição racional dessas formas, seja para que objetivo for.

Os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (Brasil, 2001) preconizam essa diversidade, propondo, como princípio didático, a organização de situações de aprendizagem que tenham por base a utilização dos gêneros textuais.

Precisamos considerar que em seu cotidiano os alunos entram, constantemente, em contato com essa variedade de textos. Então, é papel da escola promover situações que favoreçam aos alunos o reconhecimento dos gêneros textuais, de modo que aprendam a produzi-los e, conseqüentemente, saibam utilizá-los no seu dia-a-dia, em contextos específicos. Pois, como explicitam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (Brasil, 2001, p. 30), "são os textos que favorecem a reflexão crítica e imaginativa, o exercício de formas de pensamento mais elaboradas e abstratas, os mais vitais para a plena participação numa sociedade letrada", que é um dos objetivos do Ensino Fundamental.

A perspectiva dos PCNs é de que a educação deve ser comprometida com o exercício da cidadania, o que implica criar condições para que o aluno possa produzir os mais diferentes efeitos de sentido, no uso da língua, e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. Para isso, é necessário contemplar, nas atividades de ensino, as diversidades de "tipos" e, principalmente, "gêneros" textuais.

Para iniciarmos a nossa reflexão sobre o conceito de gêneros e tipos textuais, partimos do conceito defendido por Bakhtin (2000). Segundo ele, os gêneros discursivos (nomenclatura por ele empregada), são formas relativamente estáveis de enunciados que se definem por aspectos relacionados ao conteúdo, à composição estrutural e aos traços lingüísticos, extremamente ligados aos contextos (condições e finalidades) nos quais estão inseridos. É por esta dependência com relação ao contexto que eles são historicamente variáveis. Assim, a imensa diversidade de gêneros é que forma a língua e advém dessa imensa variedade a dificuldade de classificá-los enquanto os tipos, conforme veremos abaixo, possuem uma delimitação facilitando, assim, a sua categorização.

Apesar de sua relativa estabilidade, os gêneros não são entidades fixas, que permanecem estáticos, independente do tempo e das mudanças ocorridas na sociedade. Ao contrário, há gêneros que desaparecem e outros que nascem, dependendo das necessidades dos falantes que os utilizam. É essa estabilidade e mobilidade que permite ao professor tomar o gênero como objeto de ensino.

Conforme Marcuschi (1997) é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto, essa posição também defendida por Bakhtin (1997), é adotada pela maioria

dos autores e estudiosos que, como nós, entendem a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos e como uma atividade social, histórica e cognitiva.

O estudo dos gêneros textuais vem sendo feito desde Platão e Aristóteles, e daí para cá têm feito parte das preocupações dos cientistas da linguagem. De acordo com Brandão (2000), este estudo tem interessado tanto à história da retórica quanto às pesquisas contemporâneas da poética e semiótica literária e às teorias lingüísticas atuais. Explicando-se assim a variedade de abordagens, como podemos atestar na metalinguagem usada, pois temos termos como: gêneros, tipos, modos, modalidades de organização textual, espécies de texto e de discursos.

A diversidade de textos existentes na sociedade tem sido objeto de estudo de vários lingüistas, que procuram critérios para classificá-los, surgindo dentre os conceitos selecionados os de “tipo” e “gênero” textuais. Tentando contribuir para esse estudo, Marcuschi (1997) defende a idéia de que uma classificação tipológica deve levar em conta critérios lingüísticos, funcionais e contextuais; observando o texto como um produto social, inserindo-o no dia-a-dia do aluno. Considerando a classificação tipológica acima, o autor salienta que: “tipo é um fenômeno teoricamente claro e empiricamente heterogêneo enquanto forma textual, e gênero, fenômeno teoricamente pouco claro, mas empiricamente claro e constituído como forma textual realizada de fato”. (MARCUSCHI, 1997 p.22).

Em meados dos anos 80 os estudos referentes à classificação dos textos se intensificam, sendo desenvolvido um grande número de pesquisas sobre os tipos e, principalmente, os gêneros textuais.

Marcuschi (in DIONÍSIO, 2002, p.23) faz uma distinção entre gêneros e tipos textuais relevantes para o nosso trabalho. Por tipos textuais o autor entende que são:

constructos teóricos definidos por propriedades lingüísticas intrínsecas; constituem seqüências lingüísticas ou seqüências de enunciados e não são textos empíricos; sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas; tempo verbal; designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição.

Para gêneros textuais o autor tem a seguinte definição:

são realizações lingüísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas; constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas; sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função; exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo receita culinária, bula de remédios, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de curso, piada, conversação espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

Entendemos desse modo, que o interesse recente pelos gêneros como categoria sócio-empírica tem merecido maior atenção, uma vez que, de modo geral, ninguém lê textos “narrativos, argumentativos ou dialogais”, mas ao contrário, todos lêem uma “carta, um relatório ou uma bula”. Como vimos a competência discursiva dos sujeitos está bem mais ligada aos gêneros que aos tipos textuais.

Respalhando o que diz o autor, em estudos desenvolvidos pela Linguística Textual, tipo textual é uma noção que remete ao funcionamento da constituição estrutural do texto, isto é, um texto, pertencente a um dado gênero textual, pode trazer na sua configuração vários tipos textuais como a narração, descrição, dissertação/argumentação e injunção, os quais confeccionam a tessitura do texto, ou, nas palavras de Bakhtin (2000), constituem a estrutura composicional do texto segundo os padrões do gênero do discurso. Embora alguns autores empreguem os dois termos indiferentemente, a tendência atual é discerni-los.

Conforme Bronckart (in ROJO, 1997), é em função da grande diversidade das espécies de textos, que se manifestou uma preocupação com sua delimitação e designação, essa preocupação se traduziu na elaboração de propostas de classificação múltiplas, centradas, na maior parte dos casos na noção de gênero de texto (ou de gêneros de discurso). Atualmente, toda a espécie de texto pode ser qualificada em termos de gênero e, portanto, todo exemplar de um texto pode ser considerado como pertencente a um determinado gênero. Contudo, para o autor, os gêneros de texto permanecem como entidades vagas. As múltiplas classificações existentes são divergentes e parciais e nenhuma delas pode pretender constituir-se num modelo de referência estável e coerente. Para o autor,

... a organização dos gêneros apresenta-se, para os usuários de uma língua, na forma de uma nebulosa, que comporta pequenas ilhas mais ou menos estabilizadas (gêneros que são claramente definidos e rotulados) e conjuntos de textos com contornos vagos e em intersecção parcial (gêneros para os quais as definições e os critérios de classificação ainda são móveis e/ou divergentes)". Bronckart (in ROJO, 1997: 74).

Embora o critério mais objetivo, conforme o autor, que poderia ser utilizado para se identificar e classificar os gêneros seja o das unidades e regras lingüísticas específicas que estes mobilizam, se cada texto constitui uma unidade de produção verbal e pode, portanto, legitimamente, ser considerado como unidade comunicativa, o gênero ao qual ele pertence não pode nunca ser completamente definido somente na base de critérios lingüísticos. Donde o autor também conclui que somente os diferentes segmentos que compõem um gênero podem ser reconhecidos e classificados na base de tais critérios. Essa situação pode explicar, ao menos em parte, a confusão terminológica que atualmente existe no domínio da classificação dos textos, onde se entrecruzam expressões como gêneros de texto, gêneros de (ou do) discurso, tipo de texto, tipo de discurso etc. Entendemos que o autor apresenta a mesma preocupação que nos move neste texto.

Fugindo a essa confusão terminológica, Bronckart (in ROJO, 1997: 75-76) faz as seguintes distinções, esclarecendo suas definições:

Chamamos de texto toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação). Na medida em que todo texto se inscreve, necessariamente, em um conjunto de textos ou em um gênero,

adotamos a expressão de gênero de texto em vez de gênero de discurso.

A posição aqui, portanto, é bastante semelhante àquela que se encontra em Marcuschi (2002), relativa a gênero como uma designação convencional e histórica para uma família de textos que apresentam semelhanças e à possibilidade de se analisar textos a partir de tipos ou seqüências textuais.

Para cumprir com os objetivos do nosso trabalho, delimitamos a tipologia em gênero textual e não do discurso, por concordarmos com a posição de Marcuschi (2002) com relação a gênero discursivo, e julgamos importante, mais uma vez, lembrar a importância de distinguir a noção de gênero textual, da noção de tipos textuais. Enquanto os gêneros textuais constituem tipos específicos de textos, os tipos textuais constituem as estruturas e as funções textuais tradicionalmente conhecidas como narrativas, descritivas, argumentativas, dissertativas. Esses tipos textuais são estratégias empregadas para organizar a linguagem, muitas vezes, independentemente das funções comunicativas associadas aos gêneros específicos. Assim, com freqüência, um único texto contém mais do que um tipo textual. Por exemplo, uma carta pessoal pode conter trechos narrativos (um histórico do que a pessoa que escreve, tem feito recentemente), trechos descritivos (como é o lugar onde está morando), ou até mesmo, trechos argumentativos (defendendo uma determinada perspectiva ou visão de alguma coisa). Enquanto, os tipos textuais constituem um número extremamente reduzido, os gêneros existem em número muito maior. Existem tantos gêneros textuais quantas forem as situações sociais/convencionais onde são usados em suas funções também convencionais. Assim, enquanto os tipos textuais podem ser facilmente enumerados, os gêneros constituem textos da mais variada ordem.

Marcuschi (1997) sugere uma tipologia em vários níveis, analisando as funções, as situações de uso, os processamentos, as estruturas e os modelos observando as relações de semelhanças, diferenças e considerando aspectos lingüísticos e não lingüísticos. Os estudiosos que trabalham com a língua também sentem a necessidade de classificar os textos, mas não há uma tipologia satisfatória. Assim, de acordo com o autor e com o que vimos anteriormente, entendemos que as tipologias buscam o “quase impossível”, que é a classificação a partir de princípios centrais. Isso se torna difícil por serem os tipos heterogêneos, não sendo possível encaixá-los em um feixe de critérios fechados.

Conforme Bakhtin (2000), dentro de uma dada situação lingüística, o falante/ouvinte produz um conjunto de formas discursivas que são formas marcadas a partir de contextos sociais e históricos. Em outras palavras, tais formas estão sujeitas a alterações em sua estrutura, dependendo do contexto de produção e dos falantes/ouvintes que produzem, os quais atribuem sentidos a determinado discurso. Logo, conforme o autor, concluímos que são muitas e variadas as formas dos gêneros discursivos.

Não é objetivo deste artigo confrontar a perspectiva bakhtiniana com outras perspectivas, pois, não as entendemos como conflitantes, porém, para melhor entendimento do leitor, consideramos necessário ressaltar que alguns autores discordam de Bakhtin com relação à denominação de gêneros do discurso.

Para Marcuschi (in Dionísio, 2002 p. 23-24), embora, neste trecho o autor não cite explicitamente Bakhtin, é visível a sua referência aos enunciados deste autor, marcada pelas escolhas lexicais:

Usamos a expressão *domínio discursivo* para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos. Do ponto de vista dos domínios, falamos em *discurso jurídico*, *discurso jornalístico*, *discurso religioso* etc., já as atividades jurídica, jornalística ou religiosa não abrangem um gênero em particular, mas dão origem a vários deles. Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que, às vezes, lhe são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas.

Já, segundo Bakhtin (2000), cada grupo social, em sua época, possui um conjunto de modos de discurso (gêneros do enunciado) que reflete e retrata a realidade ou o cotidiano em transformação. Nesse sentido, as relações dialógicas são amplas, heterogêneas e complexas, com reflexos até nas formas dos enunciados, conforme as várias esferas da atividade humana, que estão sempre relacionadas com o uso da língua, efetivado pelas unidades reais de comunicação verbal e social: os enunciados ou os gêneros (orais e escritos) que são tipos relativamente estáveis de enunciados.

Criticando a classificação de gêneros tradicional como: falha, fortuita e pobre porque resulta de “uma incompreensão da natureza dos gêneros dos estilos da língua e de uma ausência de classificação dos gêneros do discurso por esferas de atividade humana” Bakhtin (2000 p.284), o autor equaciona essa heterogeneidade e complexidade dos enunciados classificando os gêneros do discurso em: Gêneros Primários (geralmente orais, mas isto não significa que todo texto oral pertença ao gênero primário e vice-versa); aqueles que fazem parte da esfera cotidiana da linguagem e que podem ser controlados diretamente na situação discursiva, tais como: bilhetes, cartas, diálogos, relato familiar..., e Gêneros Secundários: de textos, geralmente mediados pela escrita, que fazem parte de um uso mais oficializado da linguagem; dentre eles, o romance, o teatro, o discurso científico..., os quais, por esta razão, não possuem o imediatismo do gênero anterior.

Os gêneros secundários do discurso o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso jornalístico, etc. aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída, principalmente escrita: artística, científica, sócio-política. (BAKHTIN, 2000 p. 281).

Essa inter-relação entre os gêneros primários e os secundários e o processo histórico de formação dos gêneros secundários esclarecem a natureza do enunciado, pois, é através dos gêneros discursivos dados na cultura e não criados pelo sujeito, que o discurso se estrutura como um todo, isto é, os enunciados proferidos são organizados em determinados gêneros desde o início da construção/constituição da linguagem pela/na criança. Como o conhecimento sobre a linguagem se constrói na enunciação e, portanto, no discurso organizado em gêneros específicos e adequado às diferentes situações de comunicação, isto significa que tanto organizamos os discursos em formas “genéricas”

diversas, como, ao ouvirmos o discurso alheio, prevemos o seu gênero a partir das primeiras palavras, tendo uma idéia do todo.

A escolha genérica, isto é, a eleição de uma forma típica genérica é o principal momento subjetivo do intuito discursivo do locutor, que se determina pela especificidade da esfera discursiva, pelo tema, pela situação de comunicação, pelos participantes. Sob tal pressuposto, para Bakhtin, os gêneros funcionam no contexto de uma interação.

Após o levantamento de algumas idéias, chegamos à constatação de que gêneros textuais são tipos específicos de textos de qualquer natureza, literários ou não. Tanto na forma oral como na escrita, os gêneros textuais são caracterizados por funções específicas e organização retórica mais ou menos típica. São reconhecíveis pelas características funcionais e organizacionais que exibem e pelos contextos onde são empregados. Gêneros textuais são formas de interação, reprodução e possíveis alterações sociais que constituem, ao mesmo tempo, processos e ações sociais e envolvem questões de acesso (quem usa quais textos) e poder.

Desse modo, entendemos que é de extrema importância a utilização em sala de aula, independente da disciplina de estudo, de diferentes gêneros textuais, pois, conforme Bakhtin (1997, p.329), “Onde não há texto, também não há objeto de estudo e de pensamento”.

Conforme afirma Meurer³ (2002) o professor dos níveis fundamental e médio tem de estar apto a desenvolver pesquisas que vão além das já conhecidas abordagens gramatical e estrutural do texto – descrição, narração e dissertação. Ele deverá capacitar-se a reconhecer os mais variados gêneros textuais, principalmente aqueles que estão mais próximos da (e aplicáveis à) cultura brasileira. Segundo o autor, a pesquisa e o ensino dos gêneros textuais são necessários para aqueles profissionais que lidam (e irão lidar) com o ensino da língua, ou seja, é essencial saber quem produz o texto, para qual finalidade, de que forma e em que ambiente esse texto é produzido/aplicado, qual o grau de transparência e/ou camuflagem o texto transmite ao leitor/ouvinte, etc. Relevante

O professor/orientador deve chamar a atenção do aluno/produtor para o plano composicional, o conteúdo temático e o estilo pertencente a determinado texto que se pretenda produzir e/ou que se está em interação. Com isto, certamente, ele estará contribuindo para a construção do sentido do texto, o que confirma a imbricação entre produção, recepção e compreensão daqueles.

Iniciamos o nosso artigo buscando formular uma conceituação de texto; tentando elucidar a questão gênero e tipo textual; nesse momento do nosso trabalho julgamos importante abordar, ainda que superficialmente, um assunto que está promovendo uma

³ José Luiz Meurer é professor titular de Inglês e Linguística Aplicada na Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq. Doutor em Linguística pela Universidade de Georgetown. Possui obras sobre Gêneros Textuais que consideramos relevantes para quem quer trabalhar com ensino de produção textual em sala de aula.

revolução no ensino e que pode ser comparada à criação da escrita⁴: a Informática e a sua relação com o ensino de Língua Portuguesa, conseqüentemente as devidas considerações sobre os novos textos e gêneros textuais que surgiram.

A tecnologia traz benefícios tanto para o professor quanto para o aluno. O primeiro pode, com ela, criar novas opções didáticas para aulas expositivas ou para viabilizar as informações aos seus alunos e, no caso dos professores de língua portuguesa e literatura, o uso da *Internet* é especialmente interessante. Com o surgimento dessa, nasceram também novos tipos de textos com características particulares. Assim, surgiram: o *e-mail*, o hipertexto, a multimídia e a hipermídia, que podem ser explorados pelo professor juntamente com os alunos ampliando suas possibilidades comunicativas e propiciando uma forma diferente de leitura e produção de textos.

Analisando a segunda carta bíblica de Paulo aos Coríntios (2 Coríntios 3:6), vemos a seguinte afirmação: a letra mata, mas o espírito (sopro onde se movimenta a palavra falada) vivifica, essa frase faz referência a um dito anterior em que os romanos acreditavam: *verba volant, scripta manent*, ou seja, as palavras proferidas pela sua oralidade voam, enquanto, a escrita permanece é duradoura. Era o preconceito brotado do sentimento de angústia diante do novo, era o choque da tradição com o novo considerada profana e ameaçadora, uma vez que Deus não escrevera ao Homem, falara; Jesus, mesmo sabendo ler e escrever, não escrevera, falara.

Cabe aqui uma analogia à carta de Paulo, nós, professores, não podemos ficar alheios ao que passa em nosso meio, tendo como objeto de recusa um dos mais poderosos recursos que a tecnologia produziu para o progresso humano: a Informática. Uma parte de nós, professores, talvez possa personificar (vestir a máscara de) o faraó da lenda (e aqui está uma reificação perigosa e de todo extemporânea), ao manifestar recusa ou receio quanto ao reconhecimento com relação aos novos gêneros textuais advindos do uso e aplicação das novas tecnologias, seja por insegurança, seja por ignorarmos o funcionamento, tradicionalismo ou conservadorismo.

Criar condições para a democratização do acesso a essas novas tecnologias que acenam para múltiplas oportunidades de educação, desenvolvimento de novas habilidades e maior inclusão social é imperativo, e a escola pode e deve colaborar para isso. No caso do ensino de Português, essa colaboração nos parece vital, até porque a *Internet* é uma estrada de informação, uma infovia, veículo e prática de comunicação e expressão que, muitas vezes, lembra ou veicula o ato conversacional, com o texto

⁴ Profere uma lenda, folcloricamente atribuída a Fedro (fabulista Grego que viveu na idade média) e imortalizada na Sétima Carta de Platão, que, quando o Deus Toth (escriba dos deuses, inventor da escrita e patrono de todas as artes e ciências), apresentou a um faraó egípcio a escrita, recém-inventada, esse demonstrou desprezo à novidade, por acreditar que ela tornaria os homens pretensiosos e vazios, pois, ao invés de receberem a sabedoria a partir de esforços próprios, a teriam graças a experiências alheias. Tornar-se-iam, assim, indolentes e sua memória seria abandonada, amortecida e arruinada. (PLATÃO, 1975).

escrito, a fala (com seus elementos prosódicos, em tempo real), ou ambos. É, pois, espaço privilegiado para a circulação e o diálogo dos inúmeros textos possíveis, dos mais diversos tipos e gêneros (novos e velhos), verbais e não-verbais. É, sobretudo, um espaço para a tecitura, o entrelaçamento de fios e linhas de ação para o advento de um novo tempo para todos.

Conforme Coscarelli (2002) os gêneros observados no mundo da informática ou "infogêneros" vão desde a própria linguagem de programação dos computadores até a *Internet*. O código binário, formado de zeros e uns, é um gênero, possui uma estrutura interna que é decodificada pelo computador, sendo, portanto, a forma de comunicação entre o homem e a máquina. Já o advento da *internet* não trouxe exatamente novos gêneros, mas sim uma adaptação de gêneros já existentes para um novo meio de comunicação. Bakhtin apud Marcuschi (in Dionísio 2002) afirma que um novo gênero é sempre a transmutação de um ou de vários gêneros por outro gerando novos; por inversão, por deslocamento, por combinação. Assim o que é o *e-mail* senão uma carta eletrônica (como o próprio nome diz). Temos o *e-mail* formal, usado nas situações em que temos de nos comunicar de acordo com a norma culta, praticamente idêntico a uma carta comum de papel; e o informal. O *e-mail* informal é resultado da dinâmica da *Internet*.

Ainda sobre os gêneros textuais, precisamos enquanto professores, estar sempre atentos às inovações ocorridas em função da informática que nos trouxe uma infinidade de novos gêneros que precisam ser analisados e discutidos em sala de aula. As inovações eletrônicas são uma realidade para qual não podemos fechar os olhos. Precisamos contribuir para o esclarecimento de que a linguagem da *internet* não é, em hipótese alguma, uma maneira de deturpar a língua portuguesa, mas uma modalidade de escrita para esse gênero. Precisamos alertar os alunos que cada gênero possui seu valor e é suficientemente bom para uma determinada função, portanto a linguagem empregada pela informática de modo geral não é melhor nem pior, mas adequada para a sua finalidade que é a comunicação "rápida". Na verdade, o advento da informática apenas acrescentou outros gêneros à variedade já existente.

3. Considerações finais

Parafraçando Koch (2002), afinal, o que é um texto? Qual a importância de trabalharmos o texto em sala de aula? Podemos dizer que um texto é um evento comunicativo que apresenta coerência entre seus elementos constituintes e em relação ao contexto no qual ele se insere. Devemos entender e fazer com que o aluno também entenda que: "o sentido não está no texto mas se constrói a partir dele, no curso de uma interação". (KOCH, 2002 p.30). Mas, se um texto é um evento comunicativo, qualquer forma de expressão passível de ser decodificada deve ser considerada um texto? Se entendermos que sim, devemos considerar as figuras, as pinturas, tudo o que circula no meio social e artístico como textos?

Como já deixamos claro em nosso artigo, entendemos que texto é: um fato concreto, perceptível pela visão ou audição, empregado por um falante/escritor, com o objetivo de transmitir sua mensagem para um ouvinte/leitor, em uma situação de comunicação específica, atingindo essa função comunicativa percebemos a plena realização de um texto, portanto, consideramos que as pinturas, figuras entre outras expressões que circulam, desde que, cumpram com a sua função comunicativa, podem

ser classificadas como texto. Contudo, para fins do nosso artigo, delimitamos o nosso estudo sobre texto apenas às ocorrências lingüísticas verbais escritas, ou seja, àquelas que envolvem o texto escrito e deixamos para um outro momento os demais tipos de textos.

Concordamos com Maurizio Gnerre (2001), que os professores possuem a obrigação de mostrar para o aluno que a escrita e a norma culta são diferenciadas da fala e da linguagem coloquial e que, é com o uso da norma culta e da escrita, que o acesso a um mundo melhor, ao prestígio, ao sucesso e também ao poder será mais fácil de ser alcançado. Para tanto, o trabalho com textos, na sala de aula, é fundamental e deve ser tratado com muita seriedade. É possível e essencial, para atingir o objetivo de levar o aluno a escrever bem, que o professor trabalhe de diversas formas, abordando tanto questões de ordem semântica (interpretação, significado de palavras, argumentação, coerência) quanto sintáticas e metalingüísticas (formação de frases, categorias gramaticais, pontuação entre outros aspectos); bem como é importante que o professor faça a abordagem de diferentes gêneros discursivos e tipos textuais, considerando particularidades e padrões usados em cada contexto, destacando a causa de suas variações: autor, receptor, contexto, momento social-cultural-histórico, objetivo.

Sabemos que não é utopia uma escola em que o estudo da língua não se reduza a um conteúdo inosso e inócuo, destituído de sentido social e de sua real função comunicativa. Em que o estudo da língua possa significar o acesso à expressão, à compreensão e à explicitação de como as pessoas se comportam quando pretendem comunicar-se de forma mais eficaz e obter êxito nas interações e nas intervenções que empreendem. Para que o acesso à palavra possa resultar numa forma de acesso das pessoas ao mundo e recobre, assim, um sentido humanizador, o que nesse vasto mundo, não é rima, mas pode ser uma solução.

O aspecto da produção de textos deve ser muito bem trabalhado, tanto de modo escrito quanto oral, pois, como já dissemos, saber se expressar é fundamental na vida do aluno. Mas, esse trabalho deve ser feito prazerosa e naturalmente, para que o aluno se perceba como agente da própria língua. O professor pode levar para a sala de aula, temas diversificados para serem discutidos e propor que, tendo como base as discussões, os alunos produzam textos. É necessário que se estimule a criatividade e a originalidade do aluno, levando-o a adquirir o costume e a desenvolver o hábito da escrita, eliminando a idéia que ele adquire na própria escola, através de práticas equivocadas, de que ele não sabe escrever.

4. Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). (1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Huicitec, 1997

_____, Os gêneros do discurso. In *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRANDÃO, N. Helena (org.) *Gêneros do discurso na escola*. São Paulo: Cortez 2000.

BRONCKART, J.-P. (1997) Activités langagières, textes et discours : Pour un. R. H. R. Rojo (org), pp. 13-26.

COSCARELLI, Carla Viana (Org.). *Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DIONÍSIO, P. Ângela, MACHADO, R. Anna e BEZERRA, A. Maria (orgs). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FÁVERO, Leonor & Koch, Ingedore. *Linguística Textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 2002.

GNERRE, Maurizio *Linguagem Escrita e Poder*. São Paulo: Contexto, 2001.

KOCH Ingedore G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Desvendando Os Segredos do Texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz*. Recife: UFPE, 1983.

_____. *Por uma proposta para a classificação de textos. (inédito)* Recife: UFPE, 1997 *internet* por Maria A. F. de Carvalho. Disponível em: <<http://www.C:\WINDOWS\Desktop\gêneros Textuais\Os gêne Maria.html>> Consultado em 21/01/04.

_____. *Gêneros Textuais: o que são e como se classificam?* (não publicado) Recife, 2000 *internet* por Carla Viana Coscarelli Disponível em: <<HTTP://BBS.METALINK.COM.BR/~LCOSCARELLI/TAREFA10.HTM>> consultado em 14/01/04.

_____. O hipertexto como um novo espaço de escrita em sala de aula. In.: Azeredo, J. C. (Org.) *Língua Portuguesa em debate: conhecimento e ensino*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MEURER, José Luiz. *O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem*. (s.d.). Disponível em: <<http://www.gt-la.cce.ufsc.br/meurer/paper.html>>. Acesso em 16/01/04.

PLATÃO – Diálogos vol. V - Fedro - Cartas - Trad. de Carlos Alberto Nunes. Universidade do Pará, 1975.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. (trad. A. Chelini et al) São Paulo: Cultrix, 1972.

Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa*-vol.2. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2001.

VAN DIJK, Teun A. *Texto y Contexto*. Madrid: Cátedra, 1980.

